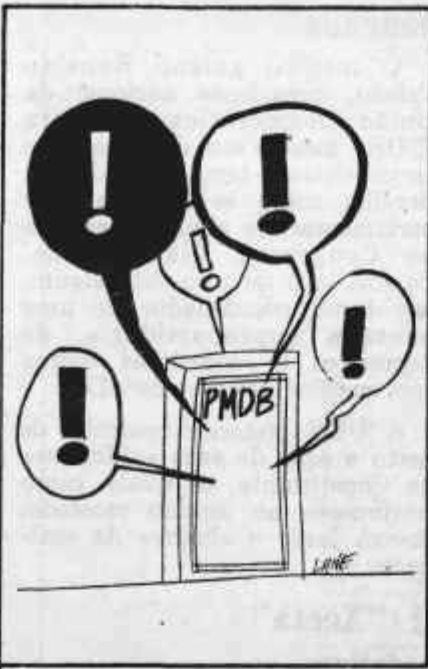


# Diário Macedo

## Indícios de briga

De volta a Brasília, o governador José Aparecido vai enfrentar algumas turbulências que não se haviam ainda registrado no curso de sua rota à frente do GDF. Deputados e senadores eleitos por seu PMDB querem uma mudança completa no secretariado que assessoria o chefe do Executivo e de sua deliberação já deram conta ao deputado Ulysses Guimarães. O governador, em verdade, manifestou há tempos, seu propósito de operar uma reforma em sua equipe. Na verdade, tal não se manifestou, talvez porque José Aparecido esperasse o resultado das eleições e seus desdobramentos, e, também, porque o governador, que todos nós conhecemos, mantém com alguns dos seus auxiliares vínculos afetivos e, demitidos, seria para ele um ato de ferir o coração. Mas realista, o nosso José não tem outro caminho. Porque sabe muito bem que o pedido, através de Ulysses, se não atendido, será início de uma grande briga.



### A memória



I) — O senador Hugo Napoleão gosta sempre de recordar a figura (sempre reverenciada com saudade) de Petrônio Portella. Há dias, em conversa com esta coluna, dizia Hugo: «O meu convívio com Petrônio Portella foi extremamente importante. Era uma espécie de ponte-de-encontro, uma afirmação da inteligência e discernimento. Significou, na minha formação, um influente papel, de destaque».

II) — No governo piauiense, Hugo materializou seu carinho pelo seu velho amigo. Mandou construir o Palácio Petrônio Portella, sede do Poder Legislativo, localizado às margens do Poti e lá, vizinho ao plenário, um amplo salão de exposições sobre a vida do eminente brasileiro.

### Briga, não

O presidente José Sarney já avisou: não é de briga, não gosta de brigas. Pelo visto, o Presidente vai deixar o engenheiro Leonel Brizola pregando no deserto. Mas, mesmo o Presidente não gostando de pugnas verbais, há em seu governo quem as adora. No caso, o gaúcho Paulo Brossard, há anos, curte um saudável bate-boca, com o seu conterrâneo, o governador do Rio de Janeiro.



### Do Alto da Torre

Uma emissora de televisão, convidado, um dia, o ministro da Fazenda de Juscelino, o sábio doutor José Maria Alkimin, para uma entrevista em São Paulo. Cordial, o hábil político mineiro aceitou o convite. Começou a entrevista, Alkimin impôs uma condição: — De inflação eu não falo... — Por quê, ministro? Afinal, o senhor é o ministro da Fazenda. — Eu sei, mas de inflação eu não falo. — Mas, ministro... — Não falo, meu filho, por um motivo simples: inflação é como feiura de mulher. Quanto mais se comenta, mais cresce. (E não falou).

### A conquista

O ministro Abreu Sodré não começou bem. Falou demais, teve que ser chamado às falas pelo Planalto, mas, em verdade, entendeu os recados e, aos poucos, foi consolidando sua posição. O importante é que Sodré — experiente no jogo político — soube enfrentar (e vencer) um grupinho de diplomatas que tentava sua desabilitação. O reconhecimento ao seu sucesso — do mesmo modo como aqui já o criticamos — deve ser registrado.



### Preconceito

Na verdade, temos que concordar com muitos dos analistas que se debruçaram sobre a decisão do governo em constituir um grupo interministerial com a responsabilidade de traçar uma política de planejamento familiar no Brasil. Muitas das críticas foram de fato precipitadas, preconceituosas e, em algumas pontas, chegaram à histeria. Quando não, a estupidez.

### E o seguinte

O senhor Said Farah — aquele que quis instituir um dipizinho no Brasil —, hoje senhor poderoso de uma empresa de lobby, requereu ao Senado o credenciamento de seu grupo para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

Ontem, Tânia e Hugo Napoleão receberam ministros, parlamentares e jornalistas para um jantar. Foi na residência do casal embaixador Aluizio Napoleão, ela dona Regina. Lamentei não me fazer presente ao encontro, por motivos absolutamente superiores.

O governador Leonel Brizola, pelo visto, gosta mesmo de uma boa briga. Prometer que, se eleito Presidente da República, nacionalizará os bancos. É algo a ser mencionado por quem na realidade não tem mesmo de ser tocaiado.

Vale a pena uma aprofundada leitura à entrevista que Ronaldo Caiado, o líder da UDR, concedeu à revista "Senhor" e que a editou, com maior destaque, em seu último número.

### Esperança



Flávia Marçilio: — «Temos que esperar muito da Assembleia Nacional Constituinte. Vamos pedir a Deus que ilumine nossos parlamentares»

### GENTE E FATOS



Gilson Marcelino, que comanda com competência a SUCAD, tendo ao seu lado o prefeito de Natal, Garibaldi Alves Filho

• O ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, é agora assessor da Associação Comercial do seu estado. Boa escolha.  
• O deputado José Costa, de Alagoas, ao se encontrar com o vice-governador eleito de Pernambuco, Carlos Wilson,

fez duras críticas ao doutor Ulysses Guimarães, afirmando que já se sentia «cansado» de render-lhe tantas homenagens. Carlos Wilson rebateu.

• Quer o governador Jerônimo Santana que o governo passe realmente a olhar para a Amazônia. Parece estar filiado à linha do sr. Hélio Queiroz, do Pará, que se diz absolutamente decepcionado com tantas promessas e com tantos discursos. Discursos, pelo visto, só dos dois.

• Moreira Alves que, em sua atividade no STF, raramente se submeteu a entrevistas com jornalistas, mostrou, nos últimos dias, que, na televisão, sabe aparecer bem. Inteligente, didático e simpático.

• Quem vai desembarcar esta semana em Brasília é o ex-ministro do Trabalho, Murillo Macêdo, que nunca andou com conversa de pacotes e realizou excelente obra à frente da Pasta.



Os trabalhadores querem que o Congresso decida a conveniência de privatizar empresas.

## Congresso já tem lobby trabalhista

O lobby dos trabalhadores junto ao Congresso Constituinte começou ontem à tarde com a entrega de um documento às lideranças dos partidos feita pelo presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Carlos Falkenberg, e por dirigentes dos 33 sindicatos e associações que formam a entidade, além de diretores do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O documento condena a forma como foi convocada a Constituinte e seu funcionamento, deixando de fora os trabalhadores. Os representantes dos trabalhadores propõem lutar para que o regimento interno seja aberto à participação dos sindicatos nas comissões técnicas e solicitam ampla divulgação, em cadeia nacional, das questões sindicais. «O que menos se fala na Constituinte, até agora, é sobre o povo. É uma situação absurda. A nossa luta é para reverter esse quadro», ressaltou Carlos Falkenberg.

Do lobby dos trabalhadores faz parte também, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, ligado à Igreja

Católica. Uma série de artigos regulamentando o modo pelo qual um mínimo de 30 mil cidadãos ou de duas entidades com mais de 30 mil associados poderão apresentar, diretamente ao plenário do Congresso, projeto sobre matérias constitucionais formam a proposta principal do Plenário Pró-Participação.

Os artigos estão contidos na proposta de dispositivo que o Plenário Pró-Participação quer ver inserido no regimento interno da Constituinte, visando assegurar a participação popular na elaboração da nova Constituição Brasileira. A proposta já conta, segundo seus membros, com o apoio, dado através de assinaturas, de 70 parlamentares de diversos partidos, do governador de São Paulo, Franco Montoro, e do governador eleito da Bahia, Waldir Pires.

### Soberania

Em sintonia com o Plenário Pró-Participação estão a Frente Nacional dos Trabalhadores e os movimentos populares de Tauá (CE). A Frente defende uma Constituinte «livre e soberana», enquanto os movimentos po-

pulares de Tauá reivindicam, entre outros itens, que a nova lei sobre a estrutura da terra «elimine o latifúndio produtivo e improdutivo» e garanta «a desapropriação gratuita para todos os trabalhadores sem terra».

Integram o lobby, ainda, os trabalhadores das estatais. Unidos no Movimento Comunitário em Defesa das Estatais, eles criticam o processo «espúrio e indiscriminado» iniciado pelo governo contra 14 dessas empresas. E querem que a responsabilidade pelas privatizações seja do Congresso, «ficando definido, assim, o verdadeiro papel do estado na economia».

Até mesmo os deficientes físicos se articularam e, em documento que está sendo distribuído aos constituintes, adverte que não aceitarão na futura Constituição «qualquer tipo de discriminação ou preconceito que nos considere como grupo social à parte». Apoiam, assim como os demais trabalhadores, medidas como a revogação das leis de exceção, redução da jornada de trabalho, seguro desemprego justo e reforma tributária.

## Deputado defenderá autonomia para BC

O deputado federal Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) anunciou que defenderá na Constituinte a tese do Banco Central «autônomo» — desvinculado do Poder Executivo e com a nomeação de seu presidente aprovada pelo Congresso —, o fim das cartas-patentes no setor financeiro e a autorização para que bancos estrangeiros participem do capital dos conglomerados bancários brasileiros. César Coelho, antes da eleição, era presidente do Banco Multiplic e da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e de Desenvolvimento (Anbid).

«O senador e ex-prefeito de São Paulo, Mário Covas (PMDB-SP) discorda da tese de seu colega do Rio, O Banco Central não pode se tornar autônomo, pois ele é um instrumento im-

portante da política monetária oficial. O deputado Ralph Biasi, também do PMDB paulista, reivindica o controle do Congresso sobre todos os assuntos que dizem respeito às finanças do país, como dívida externa, política monetária e ainda a correção da tarifa do Imposto de Renda cobrado na fonte.

César Coelho explicou que a eliminação das cartas-patentes na área financeira é fundamental para que o setor se torne competitivo, com o ingresso de novos banqueiros. A carta-patente deve ser substituída pelas exigências de condição financeira, competência e credibilidade. Se um empresário tiver esses três predicados, então se encontra habilitado para abrir um banco — frisou.

### Partidos

A deputada Dirce Quadros

(PTB-SP), depois de ser recebida ontem pelo presidente José Sarney, defendeu uma reformulação partidária, argumentando que não vê «grande importância nos pequenos partidos, sendo, a seu ver, necessário a formação de blocos de ideologia comum e, depois, através desses blocos, reformular os partidos».

«Seria uma reformulação ideológica e até moral, pois os partidos políticos precisam ser levados bem mais a sério nesse país. Eles, até agora, têm sido agrupamentos temporários. Se analisarmos o próprio PMDB, encontramos-se pelo menos três partidos dentro, ou até cinco partidos. Isso dificulta muito a operação de um partido e a nossa atuação para com esse partido» — disse a deputada Dirce Quadros.

## Previdência vai à Assembleia debater aposentadoria

O Ministério da Previdência e Assistência Social discutirá com os parlamentares constituintes o projeto de lei do sistema previdenciário, que prevê a limitação da idade mínima para aposentadoria em 55 anos para os trabalhadores com remuneração superior a três salários mínimos, informou ontem o ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência.

Segundo o ministro, o novo sistema, baseado na seletividade, protegerá os trabalhadores com rendimentos inferiores a três salários mínimos, que continuarão regidos pela lei anterior. O anteprojeto voltará a ser apreciado pelo Conselho Superior de Previdência e Assistência Social em sua reunião do

próximo dia 19, e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional.

O ministro informou, ainda, que na próxima quinta-feira receberá o projeto sobre o regimento facultativo do horário integral para os médicos e servidores de nível médio da rede hospitalar, atualmente em fase final de estudos por parte dos técnicos do Inamps.

### Prerrogativas

Já o PDS vai apresentar «resolução constituinte» restaurando, imediatamente, as prerrogativas do Poder Legislativo, pondo fim ao decreto-lei, ao decurso de prazo e ao monopólio da elaboração orçamentária por parte do Poder Executivo.

O anteprojeto, distribuído à imprensa pelo gaúcho Vitor Facioni (PDS), diz que, «com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, impõe-se, de imediato, a devolução aos deputados e senadores, agora constituintes, das prerrogativas básicas que lhes foram subtraídas anteriormente». Depois de defender as imunidades parlamentares, afirma que o decreto-lei, «instituto autoritário que dentro do contexto de uma época poderia se justificar, é hoje incompatível com a democracia consolidada, pois que se transformou num atentado de conta-gotas à prática do regime de liberdade, violência que é às prerrogativas básicas do Parlamento brasileiro».

Nelio Rodrigues

## Planalto admite que tentará influenciar

O governo quer adotar um estilo participativo nas decisões de ordem econômica e social com os constituintes, conforme afirmações do ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, e de assessores do presidente José Sarney, mas quer ao mesmo tempo, influenciar nas decisões da Constituinte, ainda que de forma indireta, admitiu ontem o ministro da Justiça, Paulo Brossard.

— A Assembleia é autônoma, mas seria falta de realismo dizer que ela vai funcionar como um convento, sem comunicação com o mundo. Seria falta de sinceridade ou irrealismo dizer que não vai haver influência do

governo na Constituinte. Tudo depende do conceito que se tem sobre interferência do governo — afirmou o ministro.

O presidente José Sarney, com sua experiência política e o conhecimento que tem do Congresso já esperava que a proposta de eleger as Mesas diretoras do Senado e da Câmara, iria prevalecer após longa audiência com o presidente.

O ministro e o presidente avaliaram o quadro político do Congresso, comentaram sobre a sessão solene de abertura da Constituinte, no domingo, e aguardaram com tranquilidade, segundo Brossard, o resultado da eleição da Mesa da Câmara.



## Governo quer mudar lei do inquilinato

Uma proposta de modificações na lei do inquilinato, estabelecendo tratamento diferenciado no reajuste de imóveis residenciais e comerciais alugados, assim como critérios distintos para a locação de imóveis residenciais pequenos, mais pobres, dos grandes, considerados de luxo, poderá ser um dos primeiros projetos de lei enviados pelo governo ao Congresso Nacional.

Ao confirmar, ontem, os estudos para modificações nesse sentido, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, destacou que o presidente Sarney, assim como ele, estava satisfeito com a eleição do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara e votação da Mesa Diretora. Isso demonstra uma tomada de consciência dos constituintes, ao entenderem, na interpretação de Saulo Ramos, que não poderiam romper com a ordem constitucional. «O caos jurídico seria instalado, caso fosse aprovada a Assembleia Nacional Constituinte exclusiva», de acordo com o consultor-geral da República.

## Pires pede Constituinte para o povo

Salvador — O governador eleito da Bahia, Waldir Pires, disse ontem esperar que, durante o seu transcurso, a Assembleia Nacional Constituinte seja menos fria do que no dia de sua inauguração, domingo passado. «É preciso que a Constituinte fale mais ao coração da gente e que lute por ela durante mais de 20 anos», pediu Pires, ao confessar a sua decepção com a tentativa de se afastar o povo da festa de abertura e dos debates que irão desaguar na nova Constituição.

Waldir Pires retorna hoje à Bahia para concluir a composição do secretariado de seu governo (cujos nomes só serão anunciados na segunda quinzena deste mês). O governador eleito deu uma entrevista em que se manifestou também decepcionado com a decisão do ex-ministro da Justiça, Fernando Lyra, de levar a plenário a sua candidatura à presidência da Câmara, após ter sido derrotado na bancada do PMDB. Waldir Pires elogiou a decisão da bancada baiana do partido, de votar em massa em Ulysses Guimarães.

Waldir Pires, que viajou especialmente para a capital federal na semana passada para participar da solenidade de instalação da Assembleia Nacional Constituinte com o propósito de contribuir para dar a Ulysses Guimarães «uma vitória expressiva para a presidência da Câmara», justificou: «Ulysses Guimarães é uma figura símbolo do PMDB e, além disso, é preciso fortalecer o partido».

Criticado pelo deputado Fernando Lyra, que o apontou «como o único dos novos governadores eleitos pelo PMDB a interferir na eleição para a presidência da Câmara».

Pires também fez críticas ao comportamento do parlamentar pernambucano e ex-ministro da Justiça: «A partir do momento em que a bancada do PMDB escolheu Ulysses para presidente, deveria ter cessado a outra candidatura. Se houvesse outro candidato teria que ser de outro partido e não Fernando Lyra, do PMDB».

Ontem, o governador eleito da Bahia voltou a sustentar a sua posição favorável «a uma Constituinte exclusiva». Segundo ele, na elaboração da nova Constituição «não deve haver diversões, para que se possa chegar a uma Carta Magna capaz de definir uma nova fase para o país». Sobre a instalação da Constituinte, no domingo, Waldir Pires disse que «teria gostado de alguma coisa mais forte, mais viva, mais emocionada. Afinal, foram mais de 20 anos de governo autoritário», finalizou.

## Veículo de parlamentar foi baleado

O primeiro dia de funcionamento da Constituinte foi marcado também por um incidente ocorrido na garagem da Câmara dos Deputados. O Monza de cor preta do deputado Davi Alves Silva (PDS-MA), foi baleado na pista de acesso ao local pelo cabo Nerildo, que fazia a patrulha de rotina, em um veículo Volkswagen de licença PT-389. O parlamentar não se encontrava no veículo no momento do incidente, mas alegou ser uma falta de prudência dos policiais utilizarem arma de fogo na área de jurisdição do Congresso Nacional.



Brossard: influência é óbvia